



CÂMARA MUNICIPAL DE LINDOLFO COLLOR

Ofício nº 287/2019

Lindolfo Collor, 10 de outubro de 2019

Assunto: **Pedido de Informação.**

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos por meio deste, em nome do **Vereador Diogo Lopes da Silveira – PTB**, solicitar maiores informações com relação as respostas enviadas no Of. Gab. nº 341/2019 e Of. Nº 122/2019-Administração com relação ao Ofício nº 267/2019 .

Quanto aos CC's e FG's. Peço que me seja informado os nomes dos 7 servidores CC's que teriam sido desligados e também dos servidores que tiveram sua FG cortada.

Com relação a situação financeira do município. Peço que considerem a situação desde janeiro até agosto do orçamento em execução, do valor total de todos os recursos e empenhos a pagar e empenhos a liquidar pela totalidade de cada recurso e por fim, o saldo financeiro de todos os recursos separados por totalidade e não apenas dos recursos livres como me foi respondido.

Convém lembra-lhe o que consta em nossa Lei Orgânica Municipal que transcrevemos abaixo:

“Art. 26. A Mesa da Câmara poderá solicitar informações, ao Prefeito Municipal, Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, sobre assuntos referentes à administração, dentro das seguintes condições:

I – é fixado em 15 (quinze) dias, a partir da data do recebimento do pedido de informações, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta do município atendam ao solicitado e encaminhem os documentos requisitados pela Câmara de Vereadores;

II – o período fixado anteriormente, poderá ser prorrogado, por mais 15 (quinze) dias, uma vez que isto seja solicitado, com as devidas justificativas, passando a vigorar este novo prazo, igualmente, na data em que a prorrogação for comunicada ao solicitante;

III – o não atendimento às solicitações dentro dos prazos estabelecidos, ou o não cumprimento às regras estabelecidas, faculta, ao Presidente da Câmara de Vereadores, na conformidade da legislação vigente, solicitar a intervenção do Judiciário para fazer cumprir os preceitos legais;

IV – importará em crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo previsto anteriormente, bem como a prestação de informação falsa.“

Atenciosamente, aguardamos.

Vereador Márcio Luís Cardoso
Presidente da Câmara Municipal

Exmo Sr.
William Winck
Prefeito Municipal
Lindolfo Collor/RS

CMLC/LMPF